

## REUNIÃO COM OS SECRETÁRIOS EXECUTIVO E EXECUTIVO ADJUNTO DO MEC - 26/10

### Presentes:

- MEC – Jairo Jorge (Secretário Executivo) e Ronaldo Teixeira (Secretário Executivo Adjunto)
- CNG/ANDES-SN – Pela Diretoria - Marina e Paulo Rizzo e pelo CNG – Domingues
- Parlamentares – Fátima Bezerra, Gilmar Machado e Wasny de Roure

O CNG/ANDES-SN reiterou o conteúdo do documento que foi entregue ao Ministro Fernando Haddad, no dia anterior (25/10) – “*Avaliação do CNG sobre o conteúdo do Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005*” e os princípios que nortearam a construção de nossa pauta.

O Secretário Jairo Jorge justificou a ausência do ministro e afirmou que o MEC é favorável a paridade de salários entre ativos, aposentados e pensionistas e reconheceu que esta é uma bandeira de luta antiga do ANDES-SN. Informou que o MEC tem todo o interesse de “pacificar” o conflito (greve) o mais rápido possível e que esta disposto a garantir a integralidade da paridade da GED em 2006, bem como a busca da isonomia entre o 1º, 2º e 3º graus.

Acordou também que o CNG/ANDES-SN faça propostas de simulação para a aplicação do montante de recursos e as encaminhe para apreciação e posicionamento do MEC.

Finalmente, frente ao que ficou acordado, os parlamentares presentes argumentaram que a reunião prevista para o período da tarde estava superada e que deveríamos avançar na construção, pelo CNG/ANDES-SN, das simulações de aplicação dos recursos financeiros. O Secretário Ronaldo Teixeira, contudo, insistiu na realização da reunião para cumprir o ritual apenas.

## RELATO DA REUNIÃO COM o MEC - 26/10

### Presentes:

CNG/ANDES-SN – Marina, Márcio (Diretoria); Tanira, Aloízio, Juanito, Adriano, Solange, Domingues.

MEC – Secretário Adjunto Ronaldo Teixeira, Silvio Petrus

**Deputados** – Wasny De Roure, Babá, Márcia (assessora da Deputada Fátima Bezerra)

**Convidados do MEC** - Gil, Robson, Eliane Leão

Ronaldo Teixeira iniciou a reunião cumprimentando a todos e reafirmou a proposta apresentada na reunião do dia 19/10, cujo documento fora enviado com atraso. Descreveu a proposta citando as modificações anunciadas na reunião: aumento do adicional de titulação; criação da classe de professor associado à qual foi agregado mais um nível; alteração na diferença entre o adjunto e o titular; a extensão da GED aos aposentados a partir de julho de 2006; criação do GT Carreira.

Ronaldo Teixeira reiterou a proposta e lembrou que dos 395 milhões iniciais passou-se a 500 milhões, graças às injunções do Presidente da República e arrematou “esta é a proposta do MEC, do governo”. Em seguida, lembrou que a paralisação alcança muitos setores da universidade, trazendo transtornos para os estudantes. Portanto, a expectativa é de que haja o retorno das atividades.

Em seguida, foi passada a palavra à Marina que relatou o resultado das Assembléias Gerais realizadas, a esmagadora maioria contrária à proposta do governo e favorável à proposta apresentada pelo CNG que enfatiza os princípios da isonomia entre as carreiras de 1º e 2º graus e de ensino superior e da paridade entre ativos e aposentados e pensionistas. Relatou a indignação das AGs em relação à proposta do MEC que, na essência, permaneceu a mesma e lembrou que os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, caminho já adotado pelo MEC, em 2004, com a implantação de uma gratificação dessa natureza para o 1º e 2º graus, além da promessa de tratamento semelhante

para o ensino superior.

Marina salientou ainda o recurso utilizado pelo MEC de atribuir à nossa proposta custos de 1,3 bilhões, com intuito de desqualificá-la e torná-la inviável. Afirmou ainda que o governo recentemente fechou acordo com os funcionários do Banco Central e que na metodologia utilizada foram excluídos os valores referentes à contribuição patronal do PSS. Por fim, enfatizou que continuamos abertos à negociação e na busca de solução para o impasse da greve, cuja responsabilidade é do governo.

Gil Vicente informou que a proposta do MEC foi confrontada com a deles e que os itens 2, 4 e 5 foram atendidos plenamente e, parcialmente, os itens 1 e 3. Disse que foi feita consulta eletrônica chegando as respostas a 1000, com 88,7% aprovando a proposta do governo. Disse que, em AGs das SSINDs que não estão, foi aprovada a proposta do governo (ADUFSCAR, APUBH, ADUFMS, ADUFG). Citou também as que, estando em greve, divergiram da proposta do CNG-ANDES-SN (ADUFPB e ADUFC). Afirmou ainda que a proposta de reajuste linear aumenta as distorções, pois há casos de professores sem titulação que ganham mais do que quem tem doutorado. Disse também que o GT carreira não pode trabalhar sem que sejam previstos recursos e que 2005 não pode cair no vazio. Arrematou fazendo uma jura tardia de que o governo apresente uma proposta para os professores do 1º e 2º graus.

Em seguida, o deputado Wasny registrou que na primeira reunião o MEC teria dito que poderia haver alteração no mérito da proposta. No momento, as duas entidades estão flexibilizando e têm ainda em comum o interesse pela busca de solução que se dará pelo estudo da carreira. Reafirmou que esse era um caminho positivo que favorecia o entendimento e a possibilidade de uma boa conclusão para as negociações.

Ronaldo Teixeira, retomando a palavra, disse que nesta mesa temos evoluído de forma satisfatória e que não poderia deixar de comentar as considerações contundentes feitas pela Marina, por exemplo, “MEC não demonstrou sensibilidade com a categoria”. Citando como exemplo a questão do professor associado e a valorização da GED,

Ronaldo Teixeira disse “não concordo”. Também, sobre a expressão “a maioria rejeitou”, referindo-se às AGs: não é verdade, já que a nossa proposta foi admitida por algumas AGs. “Nossa proposta já começa a dialogar com a categoria. Arrematou: “nossa proposta é rigorosamente esta e é a proposta do governo”. Fez, a seguir, comparações entre as propostas apresentadas pelo Proifes e pelo ANDES-SN, dizendo que há aproximações visíveis e concluiu “estamos numa posição derradeira para chegar a uma posição conjunta”. Sobre a GED, disse que essa pode levar a uma discussão dentro do governo: “chegar a 140 pontos é um embate muito duro”. Sobre 1º e 2º graus, informou que foi feita proposta ao SINASEFE. Disse que havia uma diferença na base de cálculo mas que está sendo acertado. Arrematou, mais uma vez, “esta é a nossa proposta”.

Marina, respondendo os comentários do Secretário Adjunto Ronaldo Teixeira, reafirmou a posição das AGs rejeitando a proposta do governo e que não era necessário discorrer muito tempo sobre isso já que as informações do CNG estavam na página do ANDES-SN a qual todos tinham acesso. Era sabido que o próprio MEC conhecia perfeitamente nossas informações. Aproveitou para enfatizar a nossa posição pela negociação e que isto já fora afirmado na reunião havida no MEC, pela manhã, com o Secretário Executivo Jairo Jorge e o próprio Ronaldo Teixeira.

O Secretário adjunto reafirmou que “o nosso encontro produz as informações desejadas. No processo é que se reconhecem as etapas”. E completou que ouviu a reafirmação de que o diálogo tem de ser mantido e que é necessário fazer a negociação. Para completar, propôs o encaminhamento de que seja realizada reunião técnica para discutir os números, já que há divergências no cálculo. Esta reunião terá que ser imediata. A reunião técnica ficou marcada para amanhã, 5ª feira, dia 27 de outubro às 15h30. Na segunda feira, 31/10, o MEC se posicionará novamente enviando documento para o CNG/ANDES-SN. Na 6ª feira, 04/11, às 10 horas, ficou marcada nova reunião para receber a posição do CNG/ANDES-SN, com base nas assembléias gerais a serem realizadas na próxima semana.

# Documento protocolado junto ao MEC, em 26/10/2005, pelo CNG/ANDES-SN

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior se aproxima dos dois meses e poderá chegar a **um impasse** criado pelo governo. Nesse período, o movimento grevista defendeu sua pauta de reivindicações, que incluía o respeito à isonomia entre docentes de 1º, 2º e 3º graus e à paridade entre os salários dos docentes da ativa, aposentados e pensionistas.

A proposta do MEC encaminhada pelo Ofício nº 581/2005/SEAD-MEC, de 21 de outubro de 2005, foi apreciada pelas assembleias das seções sindicais realizadas nos dias 24 e 25 de outubro. A esmagadora maioria das assembleias, rejeitou, mais uma vez, a proposta apresentada pelo MEC, reiterando a contraproposta do Comando Nacional de Greve apresentada na audiência do dia 19 de outubro. Destaca-se, ainda, que novos indicativos de greve foram aprovados motivados pela postura do MEC. Causou indignação o fato de não haver qualquer mudança que aproximasse a proposta do MEC às reivindicações do ANDES-SN. Ela é um passo atrás em relação ao que foi desenvolvido e acordado no Grupo de Trabalho no que se refere às gratificações e à paridade, contradizendo declarações do Ministro Tarso Genro e do Secretário Jairo Jorge, em 30 de julho de 2004.

Desde o início das negociações, o MEC insistiu em outra lógica, propondo reajustes diferenciados por titulação, que geram maiores distorções na carreira, reconhecidas pelo próprio MEC e que dividem os professores de 1º, 2º e 3º graus. Na contraproposta, os professores propõem um passo na direção da incorporação das gratificações, com a criação de uma gratificação fixa, isonômica e paritária, algo que o MEC mostrou ser viável, já em 2004, quando implantou uma gratificação dessa natureza para os professores da carreira de 1º e 2º graus e comprometendo-se a dar o mesmo tratamento aos docentes da carreira de 3º grau.

Quanto ao conteúdo da proposta reapresentada pelo MEC, as pequenas mudanças (elevação dos percentuais de aumento na pontuação da GED: Aperfeiçoamento de 10% para 12% e Especialização, de 15 para 16%; acréscimo de mais um nível na classe de Professor Associado) não alteram a lógica que fundamentou as propostas anteriormente apresentadas. Os impactos financeiros para as elevações dos percentuais na pontuação da GED são mínimos e a inserção de mais níveis na Classe de Associado não implica em qualquer acréscimo para o próximo ano. As principais mudanças observadas encontram-se no

Ofício nº 581/2005 que apresenta a proposta.

Se a proposta permaneceu a mesma, não haveria necessidade de uma nova justificativa. O atraso por parte do MEC poderia nos fazer supor que ele estaria analisando a proposta apresentada pelo CNG. A leitura do texto revela que a proposta não foi considerada. Os signatários do documento se limitam a afirmar erradamente que o custo da proposta do CNG, apenas para a reposição salarial (itens 1 e 2), seria de R\$ 1 bilhão e 300 milhões. Na verdade, mesmo utilizando-se a metodologia adotada pelo governo, de acordo com estudos realizados pelo CNG/ANDESSN, a equiparação da GED e da GEAD, pelos valores máximos por titulação e reajuste de 18% no vencimento básico custa respectivamente:

a) Equiparação GED e GEAD: R\$ 222,6 milhões incluindo todos os docentes de 1º, 2º e 3º graus (R\$ 181,2 milhões para o 3º grau e R\$ 41,4 milhões para 1º e 2º graus).

b) Reajuste de 18% no Vencimento Básico: R\$ 618 milhões (R\$ 509,2 milhões para 3º grau e R\$ 108,8 para 1º e 2º graus).

Isto totaliza R\$ 840,6 milhões (R\$ 690,4 milhões para 3º grau e R\$ 150,2 milhões para 1º e 2º graus).

Como já observado insistentemente pelo CNG, os impactos são ainda menores. Retirando-se a contribuição patronal ao PSS – não paga pelo governo – o impacto cai, para os docentes do 3º grau, para R\$ 597 milhões. Mas o governo economiza ainda mais. Há o desconto de 11% de cada docente para o PSS e o recolhimento do Imposto de Renda, que faz com que o impacto líquido da proposta do CNG, para tais itens, seja de R\$ 386,1 milhões para o 3º grau. Estendendo para 1º e 2º graus, o impacto líquido seria de R\$ 473,1 milhões.

Recentemente o Ministério do Planejamento acordou com o SINAL – Sindicato dos Trabalhadores do Banco Central, proposta com custo final de R\$ 180 milhões para atender os cerca de 9.500 servidores do BACEN. O governo adotou para o cálculo do impacto a metodologia que desconta a contribuição patronal ao PSS. Há, portanto, uma contradição no interior do governo ao considerar, para os docentes, impactos brutos.

O MEC superestimou os impactos de nossas reivindicações, como recurso para desconsiderá-las e sugerir que o atendimento de nossas demandas é inviável. Isso é uma tentativa de desqualificar o sindicato perante a opinião pública, omitindo a disposição do CNG, respaldado pelas assembleias,

em negociar.

Com isso, o MEC tenta impor, sem negociar, suas medidas como sendo as únicas possíveis de serem implementadas, a despeito destas terem sido rejeitadas pelas assembleias por não atenderem os princípios da paridade, da isonomia e da recuperação do poder aquisitivo.

O ofício afirma, em seu segundo parágrafo, que, de 2003 a 2005, os percentuais de reajustes dos docentes do magistério superior variaram de 25,24% a 55,24%. É importante registrar, em primeiro lugar, que não houve qualquer reajuste em 2005. Na verdade, o menor reajuste, no período, foi de 13,61% (Titular, com mestrado, aposentado, com DE) e o maior foi de 80,57% (Auxiliar 1 graduado a Assistente 3 graduado em regime de 20 horas). Os maiores reajustes foram para os professores em regime de 20 horas com vencimento básico inferior ao salário mínimo e que, por isso, recebem uma parcela complementar.

A expectativa da categoria era clara, apresentando uma contraproposta realista: esperava do governo uma resposta que assumisse a lógica das reivindicações docentes, mesmo que alguma diferença ainda persistisse na discussão sobre o montante de recursos envolvido. O resultado das propostas, no valor final do contra-cheque dos professores da ativa é muito similar, entretanto, os princípios que as orientam são muito diferentes, o que significa que o governo faz uma opção política que tenta nos impor e não premido pela falta de recursos, como alega nas reuniões e na imprensa. Esta opção política do governo já foi recusada pelas Assembleias Gerais.

Pelo exposto, evidencia-se que o CNG tem demonstrado disposição para negociação e de flexibilidade nas propostas, desde que princípios fossem mantidos. O governo pode resolver as demandas dos professores, desde que não se mantenha inflexível na lógica que sustenta suas propostas e não aposte no impasse.

---

## **26/10 – Reunião com o Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo**

### **Presentes:**

CNG/ANDES-SN : Paulo Rizzo (1º vice-presidente ANDES-SN), Paulo Cresciulo (1º VPR-RJ), Antônio Marreiros Ferraz (ADUFPI) e Rachel da Cunha (ADUnB)  
Deputada Alice Portugal (PC do B - BA) e

Na tarde do dia 26 de outubro, o CNG/ANDES-SN acompanhado pela deputada Alice Portugal foi recebido pelo presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP). A deputada Alice Portugal abriu a reunião informando ao presidente do atual contexto de negociação do CNG/ANDES-SN e o MEC, assim como o papel da comissão supra-partidária de parlamentares na intermediação do processo de negociação com o governo. Em seguida, o Professor Paulo Rizzo fez uma breve explanação sobre a proposta do MEC e a do CNG/ANDES-SN, destacando os seguintes pontos: a) o MEC encaminhou a mesma proposta que já havia sido rejeitada pelas assembleias gerais das AD's, e cuja rejeição foi reiterada pelos docentes; b) a lógica dos cálculos efetuada pelo MEC inclui a contribuição patronal (PSS), quando o governo não tem o mesmo critério para categoria de servidores do Banco Central; c) o CNG/ANDES-SN está disposto para negociação com uma proposta viável, que tem como princípios a isonomia entre 1º, 2º e 3º graus e a paridade entre professores da ativa e aposentados. O deputado Aldo Rebelo mostrou-se sensível com as reivindicações da categoria, enfatizou a importância da Universidade Pública para um Estado Democrático, em especial, para o Brasil, que ainda possui imensas diferenças sociais. O presidente afirmou que está acompanhando com grande interesse as negociações com o governo e que fará tudo que estiver ao seu alcance para atender as reivindicações do CNG/ANDES-SN junto ao governo.

## **27/10 – Reunião com o Secretário Executivo do MEC, Jairo Jorge**

**Presentes à reunião: Pelo CNG/ANDES-SN:** Marina, Márcio e Jacob (Diretoria); Juanito, Tanira, Ivan, Adriano, Domingues e Rachel.

**Pelos Parlamentares:** Deputada Fátima Bezerra e sua assessora, Márcia.

A reunião teve início com a apresentação dos motivos que levaram o CNG/ANDES a solicitar este encontro um dia após a audiência com o MEC, realizada no dia anterior. A professora Marina lembrou que, conforme acordado, a audiência na tarde do dia 26 deveria ter um caráter “meramente ritual”, pois os encaminhamentos já tinham sido acertados na parte da manhã, mas que não foi isso que presenciamos. Registrou que Ronaldo Teixeira fez questão de reafirmar, reiteradamente, que a proposta rejeitada duas vezes pelos docentes era a “proposta do MEC e do governo”.

Um outro fato relatado por Marina foi a indignação causada pela matéria divulgada no sítio do MEC, na qual se considera o Proifes como um sindicato e que afirma “que a greve está no fim”. Essa matéria deu o tom às notícias veiculadas na imprensa nacional sobre o resultado da audiência. Foi informado ao secretário que a matéria causou muita revolta na categoria e que trouxe preocupação sobre os rumos do movimento. A presidente do ANDES-SN encerrou sua primeira fala com duas perguntas dirigidas a Jairo Jorge: a) se o acordado na reunião ocorrida na manhã do dia 26 continuava valendo; b) como se encaminhariam as negociações para resolver o impasse criado. E completou: “Parece-nos que a continuidade da negociação exige sua participação.”

O Secretário Executivo Jairo Jorge afirmou “que tudo o que havia sido colocado na manhã do dia anterior estava de pé” e lembrou os pontos discutidos e acordados que deveriam nortear a contraproposta do MEC: 1) a paridade: o MEC tem concordância com a proposta do CNG-ANDES, não resolvida na negociação do ano passado e acrescentou que para o MEC a GED deve ser uma gratificação fixa, como já ocorre com a GEAD, “pois dessa forma pode ser incorporada”; 2) a questão da isonomia, entendida como passo para a reestruturação da carreira; 3) recomposição da inflação, que deve ser a partir de outras formas e não através da GED. O secretário fez questão de afirmar que a paridade não é uma questão simples dentro do governo, já que há divergências. Mas como já foi feita para o 1º e 2º graus, “estamos dispostos a fazer um movimento dentro do governo para buscar a paridade”.

A deputada Fátima Bezerra interrompeu para dizer que “há muita divergência dentro do governo sobre a paridade” e citou que a maior dificuldade na greve da FENASPS foi justamente este ponto. Seguindo adiante com a sua fala, o secretário disse que acabara de conversar com o Ministro e que eles estavam pensando numa proposta para resolver a questão da paridade. Sobre a questão veiculada no sítio do MEC afirmando que o Proifes “era um sindicato”, o secretário afirmou que ele “reconhece o CNG-ANDES-SN como interlocutor e representante da categoria e que ao MEC cabe fazer um acordo com o ANDES-SN”. Sobre a conduta de Ronaldo Teixeira na audiência da tarde de ontem o secretário afirmou que não cabia fazer nenhum juízo de valor, em particular porque este não estava presente. O secretário afirmou que “a proposta de ontem de manhã é a proposta do Ministro”.

Márcio lembrou a responsabilidade do Mec e que a situação fora criada pelo próprio MEC. Questionou sobre a possibilidade de termos uma nova surpresa. O secretário respondeu que “agora a bola está conosco e a proposta que apresentei ontem está de pé”. Domingues colocou a necessidade, daqui para frente, de que o secretário ou o Ministro estivessem presentes na negociação, pois o que o CNG entendia é que, neste momento crucial, devemos discutir diretamente com quem decide. Em resposta, o secretário afirmou que “o MEC quer a pacificação” e que o Ministério tem uma posição pública a favor da paridade. O secretário disse, ainda, que tem muito respeito aos cálculos do CNG-ANDES-SN e que a vontade dele é fechar um acordo com o sindicato. Nesse momento, a professora Marina afirmou que quem fecha e assina acordo sobre a greve é o ANDES-SN. O Adriano afirmou que um sinal de pacificação do MEC também passaria por uma posição frente aos seus “convidados” – o Proifes –, uma vez que o MEC pode simplesmente “desconvidá-los”. O secretário agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

# 27/10 – Reunião Técnica com o MEC

## Presentes à reunião:

**Pelo ANDES-SN e CNG:** Paulo Rizzo, Paulo Cresciulo e Aloízio Ferreira

**Pelo MEC:** Marco Aurélio e Henrique

A Comissão Técnica do CNG foi recebida por Sylvio Petrus que a encaminhou à Maria do Socorro (Nina). Nina deu início à reunião solicitando aos técnicos do MEC que apresentassem as planilhas e memórias de cálculos que os levaram a encontrar um valor de R\$1,3 bilhões de reais relativo à proposta do CNG aprovada pela maioria das AGEs de base, e se retirou.

Ao analisar a base de dados usada pelos técnicos do MEC para calcular impactos da equiparação da GED/GEAD em seus valores mais altos, a Comissão técnica do CNG detectou imediatamente que havia um erro de interpretação, pois os técnicos do MEC, ao procederem os cálculos, interpretaram literalmente nosso ponto de pauta “equiparação de GED/GEAD em seus valores mais altos” e não consideraram as diferenças entre classes (aplicaram os valores de GED dos professores titulares para os professores adjuntos). Após a checagem de apenas uma classe (adjunto/DE/doutores) encontrou-se um erro de mais de 100 milhões de reais (usaram os valores de R\$2770,00 em vez de R\$2345,00).

Os técnicos do MEC, então solicitaram os valores corretos usados pela comissão técnica do CNG, no que foram prontamente atendidos.

Constatou-se também, que o MPOG esta trabalhando com um percentual de impactos em sentenças judiciais da ordem de 33,0% enquanto que os técnicos do MEC como a comissão técnica do CNG trabalham com um percentual de 17,0%.

Após isto, Paulo Rizzo explicou ponto a ponto os itens do documento “análises comparativas de impactos financeiros e remuneratórios elaborados pelo Comando Nacional de Greve do ANDES-SN”, destacando e explicitando que a combinação do aumento de 50,0% nos incentivos à titulação no vencimento básico com os aumentos nos pontos da GED (em 20,0% para graduação, 12,0% para aperfeiçoamento, 16,0% para especialização e 5,0% para mestrado) significava, em alguns casos, em redução do incentivo à titulação e, em outros, incrementos máximos de 12,18%.

Paulo Rizzo enfatizou ainda que o montante destinado pelo governo para a sua proposta relativa ao aumento dos incentivos à titulação e aumentos na GED possibilita um reajuste médio de 14,22% no vencimento básico.

Na seqüência, discutiu-se a questão da criação das classes de professor associado e especial e foi explicado pela comissão técnica do CNG que se tratam de pontos de nossa pauta como antecipação da discussão de carreira e que, portanto, os incrementos na remuneração total do docente decorrentes da ascensão a essa classe da carreira não podem ser considerados reajustes salariais.

Como os técnicos do MEC apresentaram impactos orçamentários devido ao reajuste linear de 18,0% superiores à R\$580,00 milhões – somente para professores do 3º grau –, a comissão técnica do CNG demonstrou que a folha de pagamento para todos os docentes ligados ao MEC atinge os montantes aproximados de 6,1 bilhões (segundo o MEC) e de 5,9 bilhões (segundo CNG) e que, na melhor das hipóteses, a incidência do reajuste de 18,0% no vencimento básico repercutiria em apenas 52,0% do montante da folha total de pagamento (6,1 bilhões x 0,52 x 0,18 = 580 milhões), pois reajustes no vencimento básico não incidem nos valores devido a alguns ganhos judiciais, nos valores da GED, nos valores de VPI, nos valores de funções gratificadas, dentre outros.

Assim, constatou-se que o erro de cerca de 400 milhões de reais a mais de impactos orçamentários devido à implantação de nossa proposta divulgada pelo MEC estavam explícitos.

Os técnicos do MEC assumiram que irão refazer os cálculos dos impactos de nossas propostas.

# **RELATO DA AUDIÊNCIA COM O DEPUTADO GILMAR MACHADO (PT- MG), EM 27 DE OUTUBRO DE 2005**

## **Presentes à reunião:**

**Pela Diretoria ANDES-SN:** Marina, Márcio e Jacob;

**Pelo CNG:** Adriano, Rachel, Domingues, Solange.

No início da reunião, a presidente do ANDES-SN, Marina fez um relato da audiência com o Secretário Jairo Jorge, que ocorreu às 14 h, informando que o Secretário reafirmou os encaminhamentos da audiência do dia 26/10, reconhecendo o CNG-ANDES/SN como o interlocutor do MD. Na sequência, foi entregue ao deputado o documento produzido pela comissão técnica do CNG, intitulado “Análises Comparativas de Impactos Financeiros e Remuneratórios elaboradas pelo Comando Nacional de Greve do ANDES-SN”. O deputado enfatizou que a negociação poderia se dar pela intercalação da pauta do CNG com a proposta do MEC. Neste momento, Marina enfatizou que o CNG-ANDES/SN, naquele momento, não estava apresentando nenhuma proposta diferente daquela já referendada pelas Assembléias da categoria e entregue ao MEC. Foi reafirmado pelos presentes que, embora os impactos financeiros calculados no documento apresentado ao MEC refiram-se, no que diz respeito ao reajuste, aos docentes do 3º Grau, estamos dialogando com o SINASEFE no sentido de construir uma proposta para todos os professores da carreira de 1º e 2º graus que contemple a isonomia e a paridade. O deputado salientou que para o MEC, a proposta de professor Associado é prioritária, pois responde a uma das reivindicações da ANDIFES. Marina respondeu que este ponto consta de nossa pauta, mas lembrou a necessidade de definir critérios para a transposição de classe. A partir disso, o deputado passou a registrar uma sugestão de pauta para cumprimento do acordo: 1) paridade entre ativos e aposentados a partir de janeiro de 2006; 2) classe de professor Associado; 3) equiparação de GED/GEAD ;4) reposição das perdas salariais, com o restante do montante disponível. O deputado reforçou que o atendimento desta proposta está sendo pensado dentro dos limites dos recursos destinados ao atendimento dos docentes de 3º Grau, garantindo-se 100 milhões para negociação com o SINASEFE. Por fim, Marina solicitou que o deputado desse um retorno para o CNG após fazer o contato com o governo, ao que o deputado concordou.

---

## **Análise do Processo de Negociação em curso**

### **A FORÇA DA GREVE É A GARANTIA DAS NOSSAS CONQUISTAS**

A greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino atravessa momentos decisivos. A última semana nos mostrou que a força do movimento grevista, expressa pela reafirmação da pauta por todas as seções sindicais que ingressaram na greve e na sua perspectiva de expansão, foi capaz de impor recuos táticos ao governo.

Porém, devemos lembrar que o desfecho da greve ainda não está dado. Estamos caminhando na negociação, mas ainda não temos a garantia de que o governo vá responder positivamente à nossa pauta. Qualquer avanço, portanto, vai depender de nossa capacidade em manter a força da greve.

Começamos a semana com uma proposta do Ministério da Educação que repetia quase que na íntegra a proposta anteriormente apresentada e rejeitada pela unanimidade das Assembléias dos docentes em greve. O governo, com essa atitude, apostou na divisão e no desgaste do movimento, mas a categoria respondeu de forma firme e coesa, inclusive sinalizando com novas adesões à greve.

No documento que (re)apresentava a proposta governamental, havia informações distorcidas sobre o impacto orçamentário e o sentido da contra-proposta que o CNG apresentou ao MEC. A expectativa era de que estivesse armado o circo para a aprovação do que o MEC (re)apresentara como proposta, a revelia do movimento real de greve. Para tanto, o governo contava com o apoio servil da entidade de carimbo (PROIFES), convidada pelo MEC na condição de “interlocutora”, para respaldar os princípios defendidos pelo governo. Isso evidencia a clara tentativa

do governo de não apenas derrotar essa greve, como também de tentar quebrar a unidade e a combatividade que marcam o ANDES-SN na sua luta em defesa da autonomia em relação aos governos e democracia interna.

Apostando no desgaste do movimento, o governo demorou 35 dias para iniciar a negociação, tendo anunciado pelo menos três vezes que a greve caminhava para o fim. A resposta do movimento de greve foi direta e incisiva, apesar das dificuldades internas das IFES causadas por anos a fio de implementação de uma política de desmonte e privatização. A proposta do governo foi novamente rejeitada por unanimidade pelas assembleias. Os princípios que têm norteado as intervenções do CNG nas negociações foram novamente referendados pela base. O CNG do ANDES-SN foi mais uma vez reforçado pelas Assembleias Gerais dos docentes em greve como única instância legítima a representá-los. Com isso, não apenas o governo não teve forças para implementar retaliações, como foi obrigado a nos receber para negociar.

Em Brasília, continuou firme e ampla a atuação do Comando no parlamento, junto à ANDIFES e nos espaços destinados à cobertura da greve na imprensa. Merecem destaque aqui os esforços de unificação com os demais setores em luta do Sistema Federal de Ensino (SINASEFE, FASUBRA e Comando de estudantes em greve e mobilização). Fundamental também têm sido os atos e atividades nos estados, que reforçam a visibilidade da greve, alguns enfrentando duríssima repressão do aparato policial.

A força da greve se expressou novamente quando conseguimos responder com coesão as movimentações divisionistas engendradas pelo MEC em matéria divulgada na sua página em 24 de outubro, afirmando que a greve se aproximava do fim. Conseguimos uma nova audiência, mais uma vez, sem a presença de “convidados chapa branca”, com o secretário executivo do MEC, Jairo Jorge, a fim de cobrar explicações sobre o ocorrido, levando-o a assumir a palavra empenhada na audiência do dia anterior e a respeitar a legitimidade do CNG-ANDES/SN enquanto representante do movimento.

Um balanço parcial poderia marcar que a semana foi positiva para o movimento, mas não devemos fazer avaliações conclusivas antes do fim do processo. Nesta, como em outras greves, expectativas de resoluções rápidas ou positivas foram frustradas por novos revezes, e o que pode nos indicar um fim próximo para a greve é tão somente um acordo assinado e efetivado, contemplando nossos princípios e propostas.

Os últimos acontecimentos indicam que a greve pode levar o governo a apresentar uma proposta sobre novas bases: as audiências dos dias 24 e 25, a reunião com os técnicos do MEC no dia 25, quando explicitamos os equívocos ocorridos na interpretação de nossa proposta pelo MEC, a intervenção firme da bancada parlamentar em nosso favor, o compromisso do MEC em apresentar uma nova proposta a ser encaminhada no dia 31/10 e a marcação de uma nova rodada de negociações no dia 4/11. No entanto, só poderemos confirmar esses indícios na segunda-feira, caso esta perspectiva realmente se materialize em novo documento do MEC, pois, como afirmou o secretário Jairo Jorge, agora a “bola” está com o governo.

Cumpramos registrar que o CNG-ANDES/SN tem insistentemente cobrado do MEC que a sua proposta contemple indistintamente os professores das carreiras de 1º, 2º e 3º graus. Para além da negociação da pauta econômica, o CNG-ANDES/SN também tem cobrado a inclusão dos demais itens (garantia dos concursos e definição de um cronograma para discussão de carreira e incorporação de gratificações) no documento a ser apresentado pelo MEC.

Por isso, o fundamental neste momento é manter e reforçar a greve, intensificar as ações que lhe dêem visibilidade, preparar as AGs para que produzam respostas rápidas a orientar o CNG, bem como continuar reforçando este Comando Nacional com o envio de delegados e observadores em número suficiente para permitir sua atuação adequada.

### **Contra as manobras divisionistas do MEC!**

**Pela unidade do movimento em defesa da valorização do trabalho docente e do conjunto da categoria! ATÉ A VITÓRIA! A greve continua sendo nossa.**

**Em nossas mãos está a força para resolvê-la em favor da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.**

**Firmes na luta!**

**FONTE: COMUNICADO n°29 do CNG/ANDES-SN, de 29 de outubro de 2005**